

AS DISPUTAS PELO TERRITÓRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Priscilla Borgonhoni Chagas, Universidade Estadual de Maringá, pbchagas@uem.br

Juliana Previatto Baldini Tonon, FACET, julianabaldini@yahoo.com.br

A Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançou em 2009 a proposta de criação de um Parque Científico e Tecnológico. Obteve, porém, oposição de grupos que questionaram o formato inicialmente defendido. Tais manifestações demonstram atores com ideologias distintas que se organizaram buscando fazer com que sua proposta fosse discutida e que sua concepção de Parque Tecnológico fosse implementada. Assim, o presente artigo tem por objetivo apresentar ideias e ações dos atores que se manifestaram perante a constituição do Parque Tecnológico da UFRGS, revelando as disputas pelo território a ele destinado. As informações necessárias para o alcance do objetivo deste artigo foram obtidas a partir de dados secundários coletados no *site* da UFRGS e nos *blogs* Observatório do Parque Tecnológico e do Grupo de Trabalho da Universidade Popular (GTUP) e analisados especialmente a partir dos conceitos de território e ator. A pesquisa possibilitou compreender as relações de poder que se estabeleceram sobre o território destinado à implantação do Parque. Por meio da identificação de atores foi possível compreender as disputas acerca do território destinado à implantação do Parque Tecnológico. Por fim, o estudo contribuiu no sentido de demonstrar como atores organizados podem provocar mudanças em territórios.

Palavras chave: Parques Tecnológicos. Território. Atores Políticos.

1 INTRODUÇÃO

Os parques tecnológicos ganharam visibilidade no Brasil a partir da criação de um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1984, para apoiar este tipo de iniciativa. Ao longo de quase trinta anos, foram constituídos diversos empreendimentos dessa natureza no País e segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2013, p. 9) atualmente existem noventa e quatro iniciativas de parques tecnológicos no Brasil, considerando, além dos já em operação, aqueles em fase de planejamento e implantação, gerando 32.237 empregos nas 939 empresas instaladas. Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2015) essas iniciativas estão em grande parte vinculadas a universidades e têm por objetivo incentivar a participação de investidores privados de forma a permitir a sustentabilidade desses empreendimentos, estimulando a criação de mecanismos de articulação efetivos de cooperação entre universidades e empresas.

Nesse contexto, assemelhando-se a outras universidades que implantaram parques tecnológicos em seus *campi*, a Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) lançou no final de 2009 a proposta de criação de um Parque Científico e Tecnológico. A proposta foi delineada por uma comissão instituída pela Reitoria e apresentava como princípio “promover atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de empreendimentos de organizações que apresentem plano de cooperação com Unidades e Centros Interdisciplinares da UFRGS” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 1).

Essa proposta, porém, obteve oposição de alguns grupos que questionaram a implantação do Parque no formato defendido pela comissão, argumentando que esse projeto era uma iniciativa milionária que envolvia vários interesses públicos e privados e era totalmente desconhecido pela maioria da comunidade acadêmica, bem como pela sociedade como um todo (OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO, 2010a). Movimentos sociais, alguns docentes, funcionários e discentes da própria UFRGS realizaram diversas ações para transmitir à sociedade a necessidade de uma maior discussão da proposta, especialmente no que concerne a sua relação com as diretrizes de uma instituição pública – livre e soberana, nas palavras de um dos grupos manifestantes – e das demandas reais da sociedade (OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO, 2010a). Alguns dos questionamentos encontrados nos blogs dos movimentos pesquisados são: “se a universidade é um espaço público, porque deve se sujeitar às leis de mercado? Estas matérias estariam

dentro da concepção de nossas universidades públicas? Onde estão os estudos de viabilidade ambiental de sua localização e o plano diretor institucional?” (BRACK, 2010).

Visando se contrapor ao projeto apresentado pela comissão instituída pela Reitoria da UFRGS, coletivos formados por alguns funcionários, discentes de graduação e pós-graduação e docentes vinculados à Universidade e organizados sob o nome de *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS* elaboraram e apresentaram ao Conselho Universitário da Instituição um projeto alternativo de Parque Tecnológico. Os traços fundamentais apresentados pelo Fórum foram a necessidade de se contemplar a participação de cooperativas populares e de pequenas e médias empresas; o caráter público do conhecimento produzido pela Universidade; a missão social que a UFRGS possui para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil e a gestão democrática do Parque (OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO, 2010b).

Nesse contexto, tais manifestações e ações demonstram atores com ideologias distintas que se organizaram buscando apregoar seus pontos de vista e fazer com que sua proposta fosse discutida e que sua concepção de Parque Tecnológico fosse implementada no território. Território aqui entendido como algo que é, em primeiro lugar, definido pelo poder. De acordo com Raffestin (1993), a apropriação *concreta* ou *abstrata* (pela representação, por exemplo) do espaço é resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos. Como resultado destas apropriações tem-se a produção de territórios. Atores aqui entendidos como toda entidade que elabora, exprime e traduz em ações suas intenções. Que elabora representações e práticas do espaço territorial, que expressa essas representações (ou reivindicações, se for o caso), e age na estruturação do espaço de redes e territórios, portanto, mobilizam recursos, propostas, ações, mecanismos e estratégias para a estruturação de um determinado território (ROSIÈRE, 2007). Desta forma, o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes (RAFFESTIN, 1993). Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as ideias e ações dos atores que se manifestaram e agiram perante a constituição do Parque Tecnológico da UFRGS, revelando, com isso, as disputas pelo território a ele destinado.

As informações necessárias para o alcance do objetivo deste artigo foram obtidas a partir de dados secundários, coletados no *site* da UFRGS e nos *blogs* Observatório do Parque Tecnológico e do Grupo de Trabalho da Universidade Popular (GTUP), sendo estes últimos os principais coletivos que questionaram o projeto de implantação do Parque Tecnológico apresentado pela comissão proponente e apresentaram um mérito alternativo de Parque Tecnológico.

Para tanto, a seguir é tratado o conceito de território, sendo acompanhado de uma discussão sobre os atores políticos (que podem implementar ações para a estruturação de um determinado território). Em seguida, são apresentadas e discutidas as disputas políticas acerca do território de implantação do Parque Tecnológico da UFRGS e, finalmente, as considerações finais do trabalho.

2 DISCUTINDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO

O termo território é carregado de variados conceitos e usado de forma distinta dependendo do momento histórico. Santos e Silveira (2008, p. 19) afirmam que a linguagem comum frequentemente confunde território e espaço. Raffestin (1993), nesta mesma perspectiva, defende que espaço e território não são termos equivalentes e por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que se privavam de distinções úteis e necessárias. Além disso, o termo é utilizado em muitos campos disciplinares. É um conceito muito utilizado na Geografia, mas também em outras áreas do conhecimento, como Economia, Antropologia, Sociologia e mais recentemente nos Estudos Organizacionais e daí a necessidade de uma maior compreensão acerca do conceito.

Para Raffestin (1993), é preciso primeiramente diferenciar espaço e território. Para este autor, o espaço é anterior ao território porque é preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. O espaço é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Assim, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, pois é uma produção a partir dele. E essa produção se inscreve num campo de poder por causa das relações que envolve. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Assim, “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Rückert e Rambo (2010) afirmam que o território pode ser estudado por meio de diferentes escalas geográficas, uma vez que a metodologia das escalas ganhou relevância em razão da multidimensionalidade do poder resultante da descentralização político-administrativa do Estado ocorrida no Brasil a partir dos anos oitenta. Nesse sentido, “diferentes atores - Estado, sociedade civil e mercado – de diferentes escalas, agem sobre o território, ora estabelecendo relações conflituosas, ora de sinergia” (RÜCKERT; RAMBO,

2010, p. 2). O estudo dessas relações é importante, uma vez que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes (RAFFESTIN, 1993). Este autor ainda define que território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Assim, ao nos referirmos ao termo território é necessário compreender que ele é, em primeiro lugar, definido pelo poder. Saquet (2009, p. 82) defende “não que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes e não estejam ‘contemplados’ nesse conceito, mas as relações de poder é que definem o perfil do território”.

Para Foucault (2006), o controle é exercido por meio de diferentes formas de poder nos espaços. Essa dinâmica compreende a constituição de territórios. É nesse sentido que Foucault (2006) afirma que o poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. Portanto, o poder não tem por função principalmente a manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2006, p. 99). De acordo com Raffestin (1993), a partir das discussões de Michel Foucault, essa apropriação concreta ou abstrata do espaço é resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos, onde estes se caracterizam pelo Estado, como exemplo. Portanto, não é um processo que ocorre somente pela ação dos sujeitos sociais. Como resultado destas apropriações tem-se a produção de territórios.

Ainda para Raffestin (1993), a transformação do espaço ocorre por meio das relações de trabalho, pois este é o campo de operação relacional dos sujeitos. Considerando que todas as relações são políticas, visto seu caráter de pertencimento a uma dada coletividade, toda relação é um ponto de surgimento de relações de poder. Como o trabalho é um contexto relacional de transformação do espaço, o poder se enraíza neste lócus. Assim, o território como um espaço produzido a partir de relações de poder se configura a partir da estrutura relacional do trabalho. É por isso que Raffestin (1993) afirma que o alcance das ações dos sujeitos ou dos atores em um dado espaço depende das possibilidades de recursos destes atuantes. Os recursos são os produtos das relações e os efeitos que estas são capazes de produzir. Portanto, para Raffestin (1993), o poder pode ser analisado a partir da tríade proposta pela Geografia Política: população, território e recursos. A ênfase na população ocorre, pois nesta residem as capacidades de transformação do espaço.

Sendo assim, a possibilidade do poder, e não o poder (RAFFESTIN, 1993, p. 58), se constrói a partir da apropriação do trabalho. No espaço existem campos de possibilidades, que Raffestin (1993) denomina de lugar. E são nestes lugares onde se cristaliza o poder, e a formação das relações entre estes diversos pontos estabelecem os territórios. Considerando que as relações são variáveis, as manifestações de poder também não são fixas, e os territórios são sempre processos.

Nesse sentido, os territórios são vivenciados material e simbolicamente pelos sujeitos, pois eles participam de sua elaboração. Esse processo resulta na formação de territorialidades, ou seja, o consumo dos efeitos das relações de poder. Portanto, o poder se apóia em toda produção de espaço e tempo. Assim, são as forças de mobilização e transformação do espaço que constituem as relações de poder. A intervenção dos sujeitos no espaço ocorre se houver modificações das relações de forças.

Assim, considerando que território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, a seção a seguir dedica-se a explorar os atores políticos que podem implementar ações para a estruturação de um determinado território.

3 OS ATORES POLÍTICOS

Segundo Rosière (2007), os atores são todos aqueles – indivíduos ou estruturas – que elaboram, exprimem e traduzem em ações suas intenções. O termo ator tende a enfatizar a complexidade dos fatores de mobilização que outros termos utilizados na Geografia (tais como habitante ou sujeito) não contemplam. Assim, um ator é qualquer entidade que elabora representações e práticas do espaço territorial, que expressa essas representações (ou reivindicações, se for o caso), e age na estruturação do espaço de redes e territórios. O ator está no território em constante interação com outros atores. Desta forma, situações em que um ator age isoladamente são excepcionais, em geral, vários atores agem sinergicamente, a menos que eles estejam competindo para o domínio ou controle do território.

Ainda segundo Rosière (2007), os atores políticos são numerosos e o mais clássico, que pode até ser considerado como onipotente, é o Estado. No entanto, novos atores estão emergindo na chamada sociedade civil e, portanto, são desconectados do âmbito estatal. São heterogêneos, haja vista que representam uma série de entidades distintas, tais como os partidos políticos, as organizações não-governamentais (ONGs), as guerrilhas, os atores econômicos (empresas, incluindo as transnacionais) e a mídia (chamada de quarto poder). Por sua vez, Bobbio (1986) define sociedade civil como a esfera das relações sociais não

reguladas pelo Estado e este, como o conjunto dos aparatos que um sistema social organizado exerce o poder coativo. A sociedade civil seria o lugar onde se desenvolvem os conflitos econômicos, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver.

Rosière (2007) destaca ainda o termo “pessoas”, que são os grupos humanos que não possuem uma organização, e que por isso não são comparáveis com os atores citados anteriormente, uma vez que não são entidades uniformes, impulsionadas por um projeto e uma vontade única. No entanto, expressam suas reivindicações políticas por meio de estruturas representativas, tais como associações culturais, partidos políticos nacionalistas, entre outros.

Entre esses atores políticos, ampliamos a classificação de Rosière (2007) e destacamos os movimentos sociais e os partidos (não políticos). Segundo Abranches (2003), por partido pode-se entender uma associação de pessoas que têm as mesmas ideias e seguem o mesmo sistema ou doutrina política; enquanto partido político é um grupo organizado formal e legalmente constituído, com base em formas voluntárias de participação, em uma associação orientada para influenciar ou ocupar o poder político em um país determinado. Neste estudo, destacamos que movimentos sociais e coletivos formados por alguns funcionários, discentes de graduação e pós-graduação e docentes vinculados à Universidade se uniram e formaram o “Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS” para elaborar e apresentar um projeto alternativo de Parque Tecnológico. Essa associação, ainda que não formalmente institucionalizada, pode ser considerada um partido, a partir do conceito de Abranches (2003).

Por sua vez, por movimentos sociais utilizamos a definição de Brito (2005), que os considera como os agrupamentos de pessoas, geralmente das classes populares ou de grupos minoritários (no sentido de destituídos de poder) e discriminados, que agem coletivamente, com algum método, realizam parcerias e alianças, abrem diálogos e negociações com interlocutores, como processos articulados para conquistas de direitos e exercício da cidadania. Ainda segundo Brito (2005), os movimentos sociais populares emergiram no contexto social e político brasileiro com uma grande capacidade criativa, organizativa e mobilizadora, principalmente na década de 1980. Foram responsáveis por expressivas conquistas que garantiram melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais, afirmação de direitos e exercício da cidadania para um grande número de agrupamentos humanos, construção de identidades coletivas e auto-estima pessoal e social de setores e grupos historicamente discriminados ou oprimidos, intervenção nas políticas públicas, modificando ou inibindo as seculares práticas assistencialistas e clientelistas, contribuindo assim para mudanças em nível do poder local e da política tradicional.

Assim, o avanço na capacidade de intervenção dos movimentos sociais tem provocado importantes e visíveis mudanças locais (BRITO, 2005). Nos últimos anos demandas oriundas de lutas sociais têm sido incorporadas nas políticas públicas, ainda que de forma incipiente. Como será apresentado no item 4, as lutas sociais podem provocar um maior debate acerca da utilização ou até mesmo provocar mudanças em um determinado território.

O foco da luta ilustrada nesse artigo diz respeito à concepção de parque tecnológico adotada pela Reitoria da UFRGS e submetida à aprovação ao seu Conselho Universitário. Sobre essa concepção, Dias (2011) afirma que os Estados Unidos são a principal fonte de inspiração para as iniciativas adotadas no Brasil. Ainda segundo o autor, estudos têm argumentado no sentido de desmistificar a forma mecanicista por meio da qual é compreendida a relação entre os parques tecnológicos e o desenvolvimento local e que essas iniciativas servem muito mais como poderoso instrumento de marketing institucional para as universidades do que propriamente como forma de promoção de desenvolvimento. Isto porque as experiências internacionais dessa natureza mostram que não basta reproduzir a esmo elementos de determinado contexto (no caso, a proximidade entre universidades e empresas) sem que sejam consideradas também as condições do entorno e a dinâmica segundo a qual se relacionam.

Dias (2011) ainda observa que as políticas recentes de ciência e tecnologia implementadas no Brasil são fundamentadas em um conjunto de pressupostos formulados no contexto específico dos países centrais. Assim, foram concebidas para uma realidade completamente distinta daquela que se pretende modificar. Para este autor, a emulação das experiências de países desenvolvidos pelos gestores da política científica e tecnológica no Brasil pode ser identificada em dois aspectos principais: nos arranjos institucionais propostos (como os parques e pólos tecnológicos) e no direcionamento quase exclusivo das políticas para setores industriais de maior densidade tecnológica.

As discussões dos parques tecnológicos começaram a ganhar visibilidade no Brasil a partir da década de 1980, momento em que as políticas de ciência e tecnologia voltaram a tomar vulto após um período de profunda crise fiscal no País, quando os investimentos para a área ficaram escassos. Na década de 1980, a missão das universidades públicas começou a ser debatida e foi estimulada a aproximação dessas instituições junto ao setor produtivo e a obrigação de prever a vinculação dos projetos por elas desenvolvidos a uma demanda. As orientações neoliberais adotadas por grande parte dos países reduziu o orçamento dessas instituições, o que contribuiu ainda mais para a aproximação das universidades com as empresas. No entanto, essa relação é amplamente discutida, principalmente no que diz

respeito aos resultados obtidos nessa relação e quem serão os principais beneficiários desses resultados.

Dias (2011) aponta a existência de duas interpretações sobre a relação U-E no País: de um lado os que ressaltavam os obstáculos de caráter estrutural, histórico, macro e contextual, e apontavam a impossibilidade da interação; de outro estavam aqueles que acreditavam que a ampliação da relação U-E era mais uma questão de uma adequada gestão que a promovesse, ou seja, os obstáculos estruturais poderiam ser contornados. Essa segunda posição imperou na política científica e tecnológica do País. Visando contribuir com esses debates, o item seguinte dedica-se a apresentar e discutir as disputas envolvendo o território do Parque Tecnológico da UFRGS.

4 O PARQUE TECNOLÓGICO DA UFRGS E AS DISPUTAS ENVOLVENDO O TERRITÓRIO DE SUA IMPLANTAÇÃO

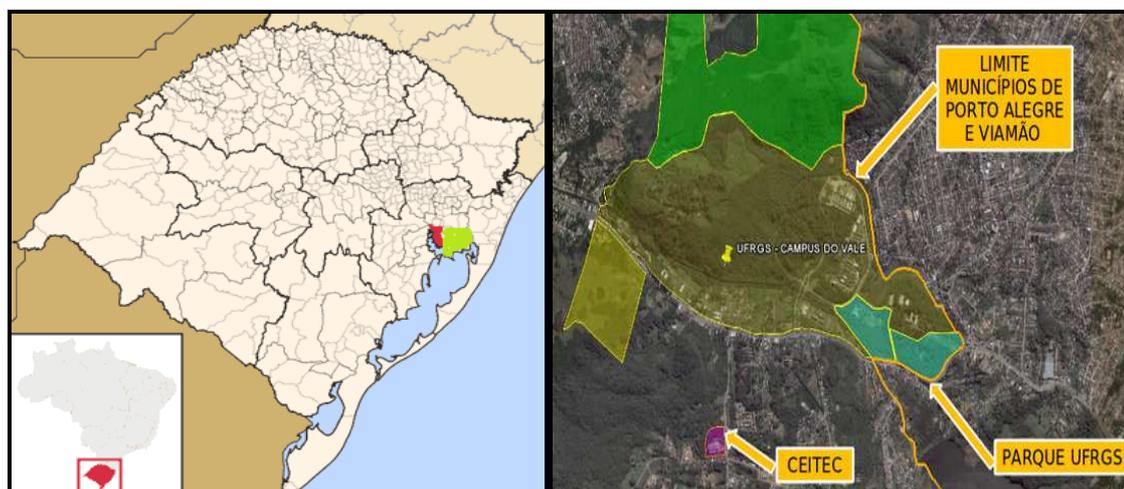
Com o objetivo de apresentar as ideias e ações dos atores que se manifestaram e agiram perante a constituição do Parque Tecnológico da UFRGS, será apresentada uma contextualização histórica das discussões acerca da criação do Parque juntamente com as propostas formuladas pela Reitoria e pelo *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS*. Na discussão emergirá as ideias e ações dos grupos, o que revelará as distintas visões sociais de mundo desses atores sociais.

As ações referentes à criação do Parque Tecnológico da UFRGS deram início em 05 de janeiro de 2009, quando a Reitoria da Universidade instituiu uma comissão com o objetivo de elaborar um projeto com essa finalidade. Além da elaboração da proposta, a comissão foi responsável por deixar transparente à sociedade todas as questões relevantes sobre o assunto, além de responder e tornar público as possibilidades de discussão sobre a implantação. As ações da comissão foram divulgadas por meio de um *link* no *site* da Universidade, onde era possível ter acesso ao projeto e também postar dúvidas e sugestões.

A comissão contou com dois professores coordenadores do projeto (a Secretária de Desenvolvimento Tecnológico e o Pró-Reitor de Pesquisa da instituição), oito professores de diferentes departamentos da Universidade (um professor da Engenharia de Produção; dois professores do Instituto de Informática, um professor do Instituto de Geociências; uma professora do Centro de Biotecnologia, um professor da Faculdade de Farmácia, um professor da Escola de Administração e um professor do Instituto de Química). Contou com o apoio da

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), diretamente subordinada à Reitoria da UFRGS e da Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia da UFRGS (IE-CBiot).

A proposta da comissão (datada de outubro de 2009) foi entregue ao Reitor em 25 de novembro de 2009. A localização do Parque Tecnológico da UFRGS, segundo a proposta apresentada pela comissão pode ser visualizada nas Figuras 1 e 2.



Figuras 1 e 2: Localização de Porto Alegre (destacada em vermelho) e Viamão (destacada em verde) no Estado do Rio Grande do Sul e a localização do Parque Tecnológico da UFRGS, segundo proposta da Comissão instituída pela Reitoria.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010).

Com relação ao projeto apresentado, os seguintes pontos podem ser destacados:

1) Quanto à justificativa para a criação do Parque Tecnológico da UFRGS

É grande a expectativa gerada pela perspectiva de que os mesmos possam assumir um papel relevante no que diz respeito à transferência de tecnologia gerada na pesquisa; ao estímulo à criação e fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas; à geração de empregos; e ao aumento da cultura e da atividade empreendedora, em particular as de caráter tecnológico (p. 2-3).

2) Quanto ao conceito de Parque Tecnológico

[...] são empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover pesquisa e inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas e dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento, implantadas na forma de projetos urbanos e imobiliários que delimitam áreas específicas para localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio (p. 7-8).

3) Quanto à missão do Parque Tecnológico

A missão de um Parque Tecnológico é a de exercer o papel de catalisador para o desenvolvimento regional como a instituição âncora para estímulo à geração de novos empreendimentos de base tecnológica, atrair empresas de alta tecnologia e uso intensivo de inovação, transferindo tecnologia de P&D da Universidade para a sociedade através do setor produtivo e administrar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre a Universidade, empresas e mercados (p. 9).

4) Quanto aos objetivos do Parque Tecnológico

- Promover e apoiar atividades de investigação entre pesquisadores e estudantes da UFRGS e outros profissionais da Comunidade Externa que atuem na área de Pesquisa e Desenvolvimento visando o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e do País bem como o desenvolvimento industrial e comercial da região (p. 9).
- Otimizar a interação entre os setores empresariais, agropastoris, agropecuários e de serviços e os setores acadêmicos da UFRGS (p. 9).
- Facilitar a transferência de tecnologias da Universidade às empresas instaladas (p. 9).

5) Quanto à natureza dos empreendimentos do Parque Tecnológico

O Parque Científico e Tecnológico da UFRGS pretende atender empresas de todos os setores que utilizam intensivamente a inovação e necessitem aproximação com os laboratórios de pesquisa (p. 10).

6) Quanto a estrutura organizativa do Parque Tecnológico

A estrutura organizativa seria formada pelo Conselho Diretor, pelo Comitê Consultivo para a Instalação de Empreendimentos e pelo Comitê Executivo. Não constava a participação de representantes discentes e/ou técnico-administrativos da Universidade.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Universitário da UFRGS (CONSUN) em 18 de dezembro de 2009, momento em que uma representante discente pediu vistas ao processo, alegando não ter havido tempo suficiente para a análise da proposta. Novamente a proposta foi apresentada para votação ao CONSUN em janeiro de 2010, mês de férias dos estudantes e de vários docentes da instituição. Nessa oportunidade a votação não ocorreu por falta de quórum.

Após tomarem ciência do projeto e não concordarem com ele em diversos aspectos (basicamente todos os seis pontos destacados anteriormente), alguns docentes, funcionários e discentes da própria UFRGS e movimentos sociais, articulados sobretudo em dois coletivos (GTUP e o *Fórum por um Projeto Alternativo de Parque para a UFRGS*) realizaram algumas ações defendendo uma maior discussão acerca do projeto. O GTUP se apresenta, por meio de uma carta disponível em seu *blog* (Observatório do Parque Tecnológico), como um fórum de

articulação, formação e ação, um grupo aberto a novos integrantes (entidades ou indivíduos) e a novas ideias para discussão. Por sua vez, o *Fórum por um Projeto Alternativo de Parque para a UFRGS*, era composto, além de membros do GTUP, por estudantes de diversos centros acadêmicos, pela Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande Sul (ASSUFRGS), pela Seção Sindical do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) na UFRGS, por professores de diversos cursos e movimentos sociais e eram responsáveis pelo blog “Observatório do Parque Tecnológico”, que vinculava matérias que debatiam a criação do Parque Tecnológico no formato defendido pela comissão.

Tais organizações elaboraram conjuntamente diversas atividades para que a comunidade em geral debatesse a criação do Parque e construíram uma proposta alternativa de Parque Tecnológico, conforme será descrita a seguir. A divulgação das ações e articulação desses grupos se deu por meio de atos e audiências públicas, geralmente estimulados por mensagens nos próprios *blogs*, e também pelos próprios integrantes dos movimentos sociais participantes.

Entre as atividades organizadas destacou-se uma Aula Pública no pátio da Faculdade de Educação da UFRGS no dia 3 de março de 2010. Além da comunidade acadêmica, diversos movimentos sociais foram convidados a participar do debate (entre eles a Via Campesina e o Movimento dos Pequenos Agricultores). No entanto, tiveram dificuldade em ter acesso à Universidade, pois os portões foram fechados pela segurança da UFRGS e somente foram abertos após muitas discussões e manifestações. Justificando a necessidade de maior reflexão e discussão acerca dessa proposta, o Observatório do Parque Tecnológico (2010a) apregoou:

Mas por que nos propomos a debater um modelo para o Parque? Por que o Projeto apresentado pela Reitoria não nos contempla? Entendemos que a produção de ciência e tecnologia é um dos pilares das universidades públicas, pois contribui para o desenvolvimento da sociedade nas mais diversas esferas, e pode auxiliá-la a ser mais livre e soberana. Para que isso ocorra, contudo, é preciso que o conhecimento produzido esteja em consonância com as reais necessidades da população. É, portanto, uma condição *sine qua non* que este seja de domínio público. Contudo, infelizmente a soberania do interesse público não está garantida no Projeto apresentado pela Reitoria, que diz, textualmente, que um dos objetivos que justifica a criação do Parque é “facilitar a transferência de tecnologia da Universidade às empresas instaladas”. Será correto permitir que o conhecimento elaborado por pesquisadores treinados e remunerados pelo povo brasileiro seja livremente apropriado para fins privados? Nós achamos que não.

Novamente o projeto elaborado pela comissão instituída pela Reitoria foi levado à votação no Conselho Universitário, no dia 05 de março de 2010. Desta vez, no entanto, a reunião foi suspensa após protestos encabeçados por estudantes e movimentos sociais que

realizaram uma vigília desde o dia anterior defronte à Reitoria e bloquearam o acesso à sala dos Conselhos, pedindo que a votação fosse adiada. Após manifestações e combate com a Brigada Militar, a votação foi transferida para o mês seguinte, tempo utilizado pelos coletivos para elaborarem um projeto alternativo de Parque Tecnológico, além de promover mais ações para que a sociedade debatesse a criação do Parque da UFRGS (dentre essas ações destacava-se a realização de quatro audiências públicas, no entanto, apenas duas foram realizadas).

Em 23 de março de 2010 foi realizada no Instituto de Informática a primeira Audiência Pública sobre o Parque Tecnológico da UFRGS. A atividade foi fruto de um acordo entre o *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS* e a Reitoria, após a mobilização do dia 5 de março. O local ficou completamente lotado e os estudantes foram impedidos de entrar no auditório com faixas e cartazes, cujos conteúdos contrariavam a proposta defendida pela Reitoria da UFRGS, como demonstra a Figura 3. Na ocasião, a proposta original do Parque foi defendida pelo Diretor do Instituto de Informática Flávio Wagner, a Secretária de Desenvolvimento Tecnológico Raquel Mauler e o vice-Diretor da Escola de Engenharia Carlos Eduardo Pereira. Por outro lado, os professores da Faculdade de Economia Carlos Schmidt e Maria Alice Lahorgue fizeram o contraponto e apresentaram pontos fundamentais de uma proposta alternativa de Parque Tecnológico. Estudantes, funcionários e docentes vinculados principalmente aos coletivos GTUP, *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS* e Diretórios Acadêmicos de diversos cursos da Instituição debateram intensamente o conteúdo da proposta apresentada pela Reitoria, reiterando pontos considerados por eles fundamentais: a necessidade de se contemplar a participação de cooperativas populares e de pequenas e médias empresas; o caráter público do conhecimento produzido pela Universidade; a missão social que a UFRGS possui para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil e a gestão democrática do Parque.

Entre os dias 29 a 31 de março de 2010, o coletivo *Fórum por um Projeto Alternativo de Parque* organizou atividades abordando discussões relacionadas ao Parque Tecnológico reunidas sob o nome de *Calouradas lado B – O outro lado do Parque*. Os debates abordaram temas como a produção, financiamento e distribuição da pesquisa no Brasil; tecnologia social e novas formas de produção e universidade pública e o acesso ao conhecimento. Dentre as atividades, destacou-se a segunda Audiência Pública para discutir o Parque Tecnológico da UFRGS, que se realizou no Salão Nobre da Faculdade de Direito, no dia 31 de março de 2010. Na ocasião, a proposta da Reitoria da UFRGS foi defendida pelos Professores José Carlos Frantz (Instituto de Geociências), Paulo Eduardo Mayorga Borges (Faculdade de

Farmácia) e o Pró-Reitor de Pesquisa, Prof. João Edgar Schmidt. Por outro lado, o *Fórum por um Projeto Alternativo de Parque* foi representado pelo Professor Jorge Quillfeldt (Biociências) e Marciano Toledo da Silva, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os Professores que representavam a Reitoria apresentaram o projeto oficial, enquanto os outros participantes chamaram a atenção para pontos por eles considerados críticos da proposta, principalmente no que diz respeito à concepção de parque adotada na proposta da comissão, a natureza dos empreendimentos que seriam abrigados, a missão e os objetivos do Parque, a estrutura organizativa e a viabilidade ambiental de localização do Parque Tecnológico.

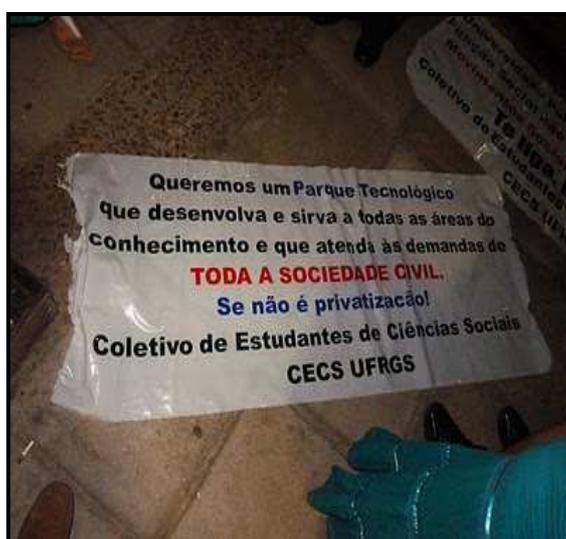


Figura 3: Exemplo de cartaz dos coletivos na Audiência Pública realizada em 23 de março de 2010.

Fonte: OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO (2010b).

Entre os meses de março e o início de abril de 2010, o *Fórum por um Projeto Alternativo de Parque* elaborou um Contraprojeto de criação de Parque Tecnológico e o apresentou no dia 09 de abril de 2010 para a votação no Conselho Universitário da UFRGS. Essa proposta visava “à implantação de um ambiente de inovação científica e tecnológica nos *campi* da UFRGS, voltado para o desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável da população brasileira” (FÓRUM POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE PARQUE, 2010, p. 1). Os seguintes pontos podem ser destacados do conteúdo do projeto:

1) Quanto à justificativa para a criação do Parque Tecnológico da UFRGS

- As universidades devem sempre estimular a participação da sociedade na gestão democrática do conhecimento, respeitando as particularidades regionais, no rumo da cooperação mútua (academia-sociedade-governo) para uma vida digna e de qualidade para todos (p. 1).

- a UFRGS, enquanto centro de excelência na produção do conhecimento e uma Instituição Pública de Ensino Superior, tem a missão de não somente produzir ciência e tecnologia, mas também de atuar na sua democratização e na difusão da sustentabilidade (p. 1).

- o parque tecnológico tem a potencialidade não só de fomentar a inovação científica e tecnológica, mas também de inovar na sua difusão e popularização, garantindo retornos sociais dos seus empreendimentos na forma de geração de riqueza, justiça e sustentabilidade (p. 2).

2) Quanto ao conceito de Parque Tecnológico

- [...] não parece adequado ao caráter das universidades públicas o conceito oficializado pela *International Association of Science Parks*, pois ele refere-se a um modelo de parque tecnológico que segue a lógica tradicional de desenvolvimento econômico seguida por países desenvolvidos e importada pelos em desenvolvimento. Segundo essa definição, há um natural *spin-off* das tecnologias desenvolvidas, da cultura da inovação e da competitividade em seu interior para a comunidade, consideradas *per se* positiva, e não é função do parque tecnológico se preocupar com quem está consumindo essa tecnologia ou para o quê exatamente ela será utilizada. Toma-se como premissa que a técnica desenvolvida pelas empresas contribui naturalmente para o desenvolvimento da sociedade, entendendo “empresa” e “sociedade” como conceitos correspondentes e intercambiáveis (p. 2).

- O PqT UFRGS, mais do que um mecanismo de transferência do conhecimento desenvolvido pela Universidade para a Sociedade no âmbito da tecnologia e da inovação, é um espaço onde Universidade e Sociedade produzem conhecimento e a produção é referenciada nas necessidades sociais, submetendo a elas as necessidades econômicas (p. 2).

3) Quanto à missão do Parque Tecnológico

- a missão do parque tecnológico é de exercer o papel como catalisador do desenvolvimento social, através do desenvolvimento de tecnologias comprometidas com as necessidades da população brasileira. Estabelecer o caráter de acesso livre ao conhecimento produzido e parcerias com movimentos sociais emancipatórios e suas formas de associativismo permite elaborar em conjunto um plano de desenvolvimento que leve em consideração as principais demandas e carências sociais, traçando o caminho para supri-las (p. 2).

- trata-se não de uma mera transferência do conhecimento universitário para as empresas, a fim de torná-las mais competitivas ao desenvolverem produtos mais sofisticados através da ciência de ponta da Universidade, mas de um espaço que garanta a livre circulação da inovação. É necessário valorizar a inovação como produção de conhecimento, e não como valor de mercado agregado ao produto (p. 3).

4) Quanto aos objetivos do Parque Tecnológico

- Criar um organismo que funcione em interação direta com distintos setores da sociedade, através de parcerias com movimentos sociais emancipatórios e suas formas de associativismo, e não só com o Estado, o setor industrial e o setor primário como tradicionalmente fica demarcado (p. 3).
- Integrar todas as unidades da universidade na construção deste Parque e não apenas as com “vocação para inserção no setor produtivo”, uma vez que o Parque Tecnológico da UFRGS abrange questões para além do setor produtivo. As relações éticas, bioéticas e econômicas exigem reflexão profunda acerca das pesquisas a serem encampadas pela UFRGS através do Parque, englobando, assim, todas as áreas de conhecimento da Universidade.

5) Quanto à natureza dos empreendimentos do Parque Tecnológico

- Tanto no campo quanto na cidade têm surgido de forma ainda incipiente mas vigorosa agentes econômicos que se pautam pela solidariedade, pela cooperação e pelo respeito ao meio-ambiente. Essas atividades são certamente espaços de inovação social e econômica que devem ser apoiadas pela Universidade e estar presentes no Parque Tecnológico (p. 4).

6) Quanto a estrutura organizativa do Parque Tecnológico

[...] o modelo de gestão das IFES, marcado pela proporcionalidade, precisa ser superado: uma gestão democrática e paritária para as três categorias da universidade é, portanto, fundamental. Da mesma forma, há necessidade de superarmos o modelo de privatização interna representado pelas fundações de apoio, constituindo um modo de gestão financeira por dentro da instituição. Sendo assim, o Parque Tecnológico deve possuir um conselho gestor administrativo e de gestão de recursos, representativo da comunidade que ali trabalha (p. 5).

Em 09 de abril de 2010, o CONSUN novamente se reuniu para votar a criação do Parque Tecnológico da UFRGS. Dos 77 membros do Conselho (63 professores, 7 discentes e 7 funcionários), apenas 3 votaram contra a proposta apresentada pela Reitoria. Dentre os discentes membros do Conselho Universitário encontravam-se representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS, cuja gestão era favorável à implantação do projeto no formato defendido pela comissão proponente. Definiu-se, por fim, que

O Parque caracteriza-se como um novo mecanismo de transferência do conhecimento instalado na Universidade para o benefício da Sociedade no âmbito das tecnologias e da inovação. Há muito a UFRGS tem contribuído para o desenvolvimento social e econômico gaúcho e brasileiro através de parcerias com o Estado, o setor industrial, o setor primário e os demais órgãos da Sociedade Civil. O Parque irá disponibilizar espaços diferenciados e demais instrumentos inerentes a um Parque Tecnológico e permitir instalação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de instituições de base tecnológica no interior do seu campus universitário (CENTRO ACADÊMICO ANDRÉ DA ROCHA, 2010).

No entanto, o parecer aprovado acatou duas emendas oriundas das discussões acerca da criação do Parque: a que determina que sempre que houver referência no regimento do parque à palavra “empresa” ou “companhia”, esta seja seguida do termo “ou outras organizações da sociedade civil” e a que acrescenta aos objetivos do parque o “estímulo ao desenvolvimento das tecnologias limpas e renováveis”. Em 29 de abril de 2011 foi aprovado pelo CONSUN o Regimento do Parque e em 08 de setembro de 2011 suas atividades foram formalmente iniciadas com a cerimônia de posse do Diretor, o Prof. Flavio Wagner, do Instituto de Informática.

As duas propostas de Parque Tecnológico apresentadas e as ações realizadas pelos grupos para que fossem aprovadas revelam diferentes visões sociais de mundo, e não apenas da implantação do Parque. O GTUP e o *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS*, mesmo não tendo o seu projeto aprovado, continuou realizando ações visando apregoar suas ideias. Em 30 de junho de 2010 os coletivos ajudaram a promover uma Audiência Pública realizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa com o objetivo de discutir as ações da segurança universitária e da Brigada Militar nos dias 3 e 5 de março do mesmo ano. Além disso, o GTUP organizou o I Seminário Nacional de Universidade Popular (I SENUP) nos dias 2 e 3 de setembro de 2011 em Porto Alegre, onde foram discutidos pontos como função social da universidade, ciência e tecnologia, autonomia e democracia, formação profissional e educação popular, entre outros. Atualmente este coletivo está à frente das seguintes campanhas: *Paridade 33* (favorável à paridade entre os três segmentos - discentes, docentes e servidores - nos Conselhos de Representação da UFRGS); *Nós Construimos a Universidade Popular* (movimento autônomo comprometido em pensar e construir uma universidade de fato pública e socialmente referenciada) e *Grupo de Discussão sobre Ações Afirmativas* (com o objetivo de aprofundar o debate sobre as cotas na universidade), além de apoiar outras ações organizadas por outros coletivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações universidade-empresa e os arranjos institucionais delas resultantes são largamente discutidos no Brasil desde a década de 1980, principalmente no que diz respeito aos resultados obtidos nessas relações e seus principais beneficiários. Neste contexto, este trabalho objetivou apresentar as ideias e ações dos atores que se manifestaram e agiram perante a constituição do Parque Tecnológico da UFRGS, revelando, com isso, as disputas

pelo território onde o Parque iria ser implantado. O conceito de território, e não de espaço, possibilitou compreender as relações de poder que se estabeleceram sobre o território destinado à implantação do Parque. Assim, o conceito de território foi adequado por considerar as relações de poder e porque “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ainda de acordo com Raffestin (1993), a apropriação *concreta* ou *abstrata* (pela representação, por exemplo) do espaço é resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos. Como resultado destas apropriações tem-se a produção de territórios.

O conceito de atores (geo)políticos de Rosière (2007) também possibilitou a compreensão das disputas acerca do território destinado à implantação do Parque Tecnológico da UFRGS, uma vez que o autor considera como ator toda entidade que traduz em ações suas intenções, que elabora representações e práticas do espaço territorial, que expressa essas representações (ou reivindicações, se for o caso), e age na estruturação do espaço de redes e territórios. A classificação de Rosière (2007) foi ampliada e foram incorporados os conceitos de partidos e movimentos sociais, uma vez que melhor definem as entidades envolvidas nas disputas pelo referido território.

As ações e manifestações dos atores que se envolveram nos debates acerca da constituição do Parque Tecnológico da UFRGS revelam diferentes visões acerca da missão de uma universidade pública e isso reflete na concepção que possuem de Parque Tecnológico. Para a comissão proponente, a universidade tem como um dos objetivos contribuir para o “desenvolvimento industrial e comercial da região” (UFRGS, 2009, p. 8). Por sua vez, o GTUP e o *Fórum por um projeto alternativo de Parque para a UFRGS* reconhecem que a produção de ciência e tecnologia é um dos pilares das universidades públicas, no entanto, apregoam que o conhecimento produzido esteja em consonância com as reais necessidades da população e não seja vinculado apenas às necessidades industriais e comerciais.

Por fim, o estudo contribuiu no sentido de demonstrar como atores organizados podem provocar mudanças em territórios. Brito (2005) destaca que o avanço na capacidade de intervenção dos movimentos sociais tem provocado importantes e visíveis mudanças locais. Como analisado neste estudo, as lutas sociais provocaram um maior debate acerca da utilização do território destinado à implantação do Parque Tecnológico da UFRGS. Por meio do estudo foi possível demonstrar que as ações dos grupos opositores ao projeto apresentado pela Reitoria trouxeram alguns resultados, como a ampliação do tempo para o debate acerca da criação do Parque e mais diretamente a incorporação de algumas emendas no Regimento do mesmo.

No entanto, essa discussão não se encerra aqui e que estudos posteriores podem se dedicar a compreender as relações estabelecidas entre as organizações que vierem a se instalar no Parque após o início de suas atividades e como as ideias dos atores que se opuseram ao projeto foram incorporadas ou exerceram alguma influência na organização do empreendimento.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: TAVARES, J.A.G (Org.) **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Fundação Teotônio Vilela, 2003, p. 22-98.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Parques tecnológicos - a experiência brasileira**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/publicacao.php?idpublicacao=169>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRACK, Paulo. **A universidade pública e o parque tecnológico: um debate necessário e urgente**. 2010. Disponível em: <<http://observatoriodoparque.blogspot.com/2010/03/universidade-publica-e-o-parque.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. Movimentos sociais: aspectos históricos e conceituais. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação e movimentos sociais**. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 14-21.

CENTRO ACADÊMICO ANDRÉ DA ROCHA. **Aprovado o Parque Tecnológico da UFRGS**. 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/caar/?p=2906>>. Acesso em: 30 set. 2015.

DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 316-344, set./dez. 2011.

FÓRUM POR UM PROJETO ALTERNATIVO DE PARQUE. **Projeto alternativo de mérito de Parque Tecnológico para a UFRGS**. 2010. Disponível em: <<http://observatoriodoparque.blogspot.com/2010/04/outro-parque-e-possivel-nossa-proposta.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRUPO DE TRABALHO UNIVERSIDADE POPULAR. **Quem somos**. 2010. Disponível em: <<http://gtup.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Estudo de projetos de alta complexidade: indicadores de parques tecnológicos**. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2013.

OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO. **Nossa trajetória**. 2010a. Disponível em: <<http://observatoriodoparque.blogspot.com/p/nossa.html>>. Acesso em: 27 set. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PARQUE TECNOLÓGICO. **Audiência pública confirma a necessidade de debate**. 2010b. Disponível em: <<http://observatoriodoparque.blogspot.com/2010/03/audiencia-publica-confirma-necessidade.html>>. Acesso em: 27 set. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique**. Une grammaire de l'espace politique. 2^a édition. Paris: Ellipses. 2007, p. 283-346.

RÜCKERT, Aldomar; RAMBO, Anelise G. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil, **Confins** [Online], n. 8, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Proposta de implantação do Parque Científico e Tecnológico**. 2009. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/parquetec>>. Acesso em: 26 set. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Regimento do Parque Científico e Tecnológico da UFRGS**. 2010. Disponível em: <http://parque.ufrgs.br/sobre/Dec226-11-Regimento_Parque_Cientifico_Tecnologico.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.